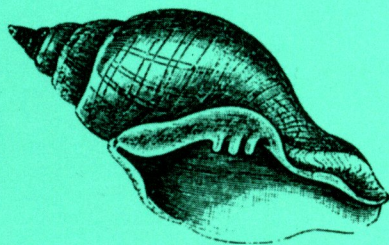


Op. Cit.



Nº 1: 1998

Associação Portuguesa de Estudos Anglo-Americanos

OCEANOS REAIS, VIAGENS MÍTICAS E ILHAS IDEAIS: A INVENÇÃO DA UTOPIA NA LITERATURA INGLESA

José Eduardo Reis

ABSTRACT

Utopia is a word, in H. G. Wells' terms of reference, to 'bring anyone out of bed', to stir up passions, to cause sympathetic or antagonistic thoughts, to be paradoxically identified either with some dreamy and wishful thinking without empirical correspondence or with some social and philosophical programme submitted to historical validation. In this article we trace the meaning of the word utopia back to its original literary signification. We stress the role played by both the mythic-symbolic sea and the real-geographic sea (knowledge of which was largely determined by the pioneering Portuguese Atlantic navigations of the fourteenth and fifteenth centuries) in the invention of a literary genre which became, in its multifarious forms, a distinct paradigm within the history of English literature.

O mar, pela sua fluida e incoercível vastidão, pela sua densa e insondável profundidade, expôs-se, desde sempre, a múltiplos investimentos simbólicos. Os versos de Marvell são disso exemplo ao representarem o oceano como espaço de aprofundamento e reencontro do ser, como matéria que incita à descoberta e que figura o anseio de transcendência dos limites conhecidos da terra. Quer o antigo mar tenebroso quer o moderno mar esperançoso não cessaram de inspirar o imaginário literário, particularmente o das culturas dos povos e das nações insulares e litorais, ocupando, por conseguinte, uma função essencial — como espaço de mediação e de acesso à alteridade — na particular composição da literatura de teor utopizante. Com este artigo procuraremos destacar a função simbólica que o mar e a progressiva descoberta dos oceanos desempenharam na figuração de alguns clássicos lugares utópicos e mítico-ideais da literatura inglesa, ou, por outras palavras, ensaiaremos

tematizar, com exemplos clássicos dessa literatura, os efeitos que a abertura no conhecimento da geografia marítima produziu na textualização de ilhas e de projectos de sociedade ideais.

Nos cerca de três mil e trezentos títulos compilados por Lyman Tower Sargent na sua bibliografia cronológica e anotada de obras literárias escritas na Grã-Bretanha e na América do Norte, entre 1516 e 1985, e consideradas por aquele autor como sendo de natureza utópica (SARGENT: 1988), muitos certamente haverá que cumprem o esquema elementar desta categoria de textos — a maior parte deles de clara filiação no modo narrativo — estruturados a partir da triádica combinação dos seguintes elementos invariantes : (i) viagem marítima; (ii) naufrágio ou desembarque inesperado; (iii) visitação e consequente descrição de uma desconhecida e próspera sociedade insular governada segundo princípios ideais de convivência humana. O ano de 1516 assinala precisamente a data da primeira edição do texto fundador do género literário em apreço, a *Utopia*, de Thomas More, que, como se sabe, foi originalmente escrita em latim, em conformidade com o espírito universalista e humanista da época do renascimento europeu. A sua primeira tradução para língua inglesa seria feita trinta e cinco anos mais tarde, em 1551, por Ralph Robinson. O *incipit* do seu extenso título reza assim (citamos na grafia original): 'A fruteful / and pleasaunt worke of the beste state of a publyque weale, and of the newe yle called Utopia' (MORE 1927: 11). A original nomeação desta ilha como um não-lugar (que é o que etimologicamente o vocábulo *utopia* significa) para designar uma ideal formação social, simetricamente oposta à real sociedade Tudor inglesa, haveria de se converter numa palavra abundante nos sentidos que passou a dizer e que estava escandalosamente ausente dos léxicos; um novo signo de erudita proveniência e unívoca face significativa mas com um lastro de significados ramificantes, múltiplos, oscilantes e até contraditórios entre si. À *utopia*, na sua acepção literal e fundadora, para referir o melhor estado social, ficariam indissociavelmente ligados, não apenas o nome do seu real autor inglês, mas também do seu lendário narrador português, Rafael Hitlodeu. E ficaria ligado o contexto histórico das descobertas quatrocentistas e quinhentistas europeias inauguradas com o benefício da arte náutica astronómica praticada pelos marinheiros portugueses (MOSER 1982: 25).

À *utopia*, enquanto género literário específico, mas também enquanto termo genérico para referir uma condição ontológica ou social ideais, ficaria ligado o mar. Mas, concretamente, que mar, isso é matéria de dupla especulação, ficcional e erudita. Ficcional, porque a voz de Rafael Hitlodeu tornou-se inaudível quando mencionou a exacta localização da ilha aos seus interlocutores, Thomas More e Peter Gilles, abafada que foi, naquele exacto momento, por uma impertinente e ruidosa tosse de um dos seus colegas

marinheiros. Esse episódio é mencionado na carta-paródia enviada por Peter Gilles a Jerome Busleiden (MORE 1927: 105), a qual, juntamente com outras cartas, epigramas, um mapa da ilha e um alfabeto dos Utopianos, constituem os paratextos que enquadram a edição mais completa da *Utopia* (projectada como lúdica confraternização entre amigos humanistas), do texto original latino impresso em Basileia em 1518.¹ Especulação erudita, também, porque não há consenso entre os especialistas moreanos e historiadores do renascimento acerca da localização da comunidade insular ou da sociedade real que terá eventualmente servido de fonte informativa a More na composição da *Utopia*.

É incontrovertível que More terá lido as *Quattuor Navigationes*, editadas originalmente em Paris em 1503, i.e. as quatro relações de viagens de Américo Vespúcio em que este dá conta das suas descobertas e sucessos no novo continente a que daria o seu nome. Tais informes são explicitamente nomeados no Livro I da *Utopia* (MORE 1927: 30) e servem de pretexto para identificar e apresentar Rafael Hitlodeu como um dos companheiros do navegante florentino. Ora sucede que Rafael terá iniciado o seu périplo que o levou à utopia, ao 'beste state of a publyque weale', a partir da costa litoral das então já designadas Terras de Santa Cruz, mais precisamente, a partir de uma fortaleza identificada com a feitoria do Cabo Frio, onde terá permanecido, a seu pedido, juntamente com 24 outros companheiros. Neste detalhe narrativo, More limita-se a recriar ficcionalmente o episódio da construção de uma fortaleza na costa austral do Brasil, onde terão permanecido 24 homens da tripulação de Vespúcio, tal como este relatou na sua *Navigatio Quarta*. Para o zelo erudito isto não prova que alguma minúscula ilha habitada e situada no Atlântico Sul tenha servido de inspiração a More (recordemos, a propósito, que a descoberta do Brasil em 1500 foi também, e originalmente, a descoberta de uma ilha, a de Pascoal, cujas belezas naturais e cujo povo que a habitava foram descritos, se não numa clave utopizante pelo menos edénica, na Carta de Pêro Vaz de Caminha). De facto, a fonte informativa de More tanto podia ter sido um hipotético informe acerca de uma civilização ameríndia localizada no novo mundo, a ocidente, como um relato escrito ou oral acerca de uma comunidade da Índia, a oriente. Esta segunda tese é sustentada pelo Prof. Luís de Matos, que aponta a ilha de Ceilão, no oceano Índico, como inspiradora da redacção da *Utopia*. A sua conjectura baseia-se nos seguintes argumentos: (i) a viagem marítima de Rafael, resumida no Livro I, Brasil-Ceilão-Calecute-Lisboa, já tinha sido levada a cabo por navegadores portugueses, nomeadamente pela armada comandada por Diogo Lopes Sequeira em 1508, oito anos antes da primeira edição da narrativa de More, facto que permite aventar a hipótese de o humanista inglês ter sabido dela por meio de algum contacto pessoal travado em 1515, aquando da sua missão comercial em Antuérpia — cidade onde existia uma importante feitoria portuguesa; (ii) a

organização política e religiosa da sociedade utopiana coincide em alguns aspectos fundamentais com o tipo de sociedade que os portugueses encontraram no oriente e que vinha sendo objecto de descrição etno-geográfica em roteiros e livros de bordo, nomeadamente no notável *Livro do Oriente de Duarte Barbosa* (MATOS 1966: 14).² Mas a opinião que reúne maior consenso entre a crítica especializada é que More localiza a Utopia nos mares do Novo Mundo, a ocidente. Esta tese é defendida, por exemplo, pelo historiador W. G. L. Randles, que, além de apontar a determinação psicológico-arquetípica da invenção de um lugar ideal e de relacionar a composição da representação da ilha da utopia com as ilhas míticas atlânticas projectadas pelo imaginário da Antiguidade (as Ilhas Afortunadas) e da Idade Média (de S. Brandão e de Santo Amaro), refere também a existência de alguns paralelos entre a vida dos utopianos e a dos Índios Tupinamba, descritos por Américo Vespúcio numa das suas relações (RANDLES 1955: 9).

De facto, das cidades portuárias, dos encalhes peninsulares e litorais atlânticos da Europa, do século XV ao século XVIII, demandaram à descoberta de novas terras e novos mares naus, galeões e veleiros que, fazendo escala obrigatória em ilhas de arquipélagos reais — Canárias, Madeira, Açores — seguiam depois rotas oceânicas traçadas em cartas de marear, progressivamente mais detalhadas e precisas para corresponderem às necessidades dos ciclos comerciais, às leis da economia, à ambição política da conquista e do domínio imperial, à vontade religiosa de evangelizar. Simultaneamente, porém, ao longo desses séculos, não deixaram cartógrafos de dar forma a representações de ilhas míticas em cartas de apurado rigor geográfico e mareantes de se esforçar por alcançá-las (às Afortunadas e às de S. Brandão, por exemplo), herdadas do imaginário clássico e medieval. Ilhas míticas de bem-aventurança e prefiguradoras da ilha da Utopia, no sentido em que revelam, com as marcas ideológico-culturais do tempo em que foram imaginadas, a tal propensão arquetípica do homem em idealizar o seu modo de vida: as Afortunadas, referenciadas, no mapa cultural da geografia mediterrânica da antiguidade greco-latina, por Hesíodo (séc. XVIII a.C.) em *Os Trabalhos e Os Dias*, mas também por Píndaro (c. 522-443 a.C.) na *II Ode Olímpica* e por Horácio (65-8 a.C.) na *XVI Epode* (MANUEL, MANUEL 1979: 65-78; DELUMEAU 1992: 15-20); a de S. Brandão, referenciada, a partir da versão original latina do século X *Navigatio Sancti Brandani*, no primeiro texto redigido com assinalável qualidade literária em anglo-normando na primeira metade do séc. XII e que se constituiu numa das mais famosas narrativas de viagens marítimas medievais, directamente inspirada na peregrinação efectuada à Escócia por Brendan, um abade irlandês que terá vivido no século VI. Transformada em lenda, o relato desta acidentada viagem por um Atlântico mitificado e povoado de ilhas fantásticas e de deleite

conheceu mais de oitenta versões em toda a Europa (DELUMEAU 1992: 17; 137). É, portanto, nesta riquíssima tradição imagético-literária de feição mítico-idealizante, e que tem o mar real como grande horizonte de suporte à figuração simbólica de lugares amenos, que se inscreve o desenho da *Utopia* de More, apesar de, como se sabe, ser também um desenho tributário do pensamento político e social, na esteira da *República* ideal e das *Leis* de Platão.

Todos os historiadores e estudiosos da fenomenologia utopista coincidem em atribuir ao mar e às descobertas que ele evoca uma função catalítica na gênese da forma literária da utopia enquanto género passível de ser rigorosamente tipificado a partir do modelo incoado por More (HERTZLER 1922: 127; BENERI 1950: 52-59; SERVIER 1967: 320; BLOCH 1976: II 361-417; LAPOUGE 1978: 109). Apesar das suas arcaicas determinações psicológicas e remotas filiações doutrinárias, essa gênese tem, como vimos, um contexto histórico marcado precisamente pelas viagens marítimas e descobertas de novos horizontes geográficos. Pode-se portanto falar de uma tripla motivação ou raiz inspiradora na composição da *Utopia* de More, que, com as devidas conformações temático-discursivas, é actualizada em textos posteriores de género idêntico: (i) a real (determinada pelo condicionalismo histórico e pela identificação das hipotéticas fontes geográficas); (ii) a doutrinal (que evoca o legado da teoria social e política, neste caso de Platão); (iii) e a simbólica (que tem a ver com o mito ou com a propensão antropológica para a idealização). Regressemos a esta última, dadas as suas 'oceânicas' implicações, e convoquemos um outro texto medieval, as *Mandeville's Travels*, obra redigida no século XIV (c. 1360), também em anglo-normando, também de autoria incerta como a *Navigatio S. Brandani*, e que é ilustrativa da óbvia anterioridade da viagem eminentemente imaginária sobre a viagem verdadeiramente real na efabulação de espaços ideais-fantásticos-utópicos.³ A diferença, quanto ao grau de verosimilhança e à natureza do conteúdo temático entre esta narrativa de viagens e o género literário inaugurado por Thomas More, é a diferença qualitativa entre mitos ancestrais e utopia, ou seja, entre a perpetuação de ideias fabulosas provenientes da antiga civilização mediterrânica amalgamadas por crenças medievais — nomeadamente as que se relacionam com a existência de ilhas fantásticas a oriente — e a sua transformação em representações, também elas imaginárias, porém sociologicamente sobredeterminadas e reajustadas a uma concepção menos simbólica, mais próxima da descrição empírica racional do mundo, decorrentes historicamente das novas descobertas geográficas e das novas certezas toponímicas. Mas é evidente que as emergentes utopias do séc. XVI e XVII, nomeadamente a de Thomas More e a *New Atlantis* de Francis Bacon — que referiremos em seguida — retomam e dão continuidade, transformada claro está, aos mitos, sonhos e idealizações ôntico-pastorais-sociais, a matéria das efabulações fantásticas projectadas a partir da literatura e da

cosmografia da Antiguidade Clássica e que se prolongam, recicladas sob a dominante cristianização do conhecimento, por toda a Idade Média.

Na realidade, as *Mandeville's Travels* constituem um bom exemplo narrativo dessa permeabilidade à efabulação mítica; o mundo surge aí pensado e projectado em conformidade com a típica representação cartográfica medieval — ordenado por mapas e informes da geografia greco-latina de matriz ptolomaica — de 'T em O': a Terra, com a forma de uma ilha cujo centro é ocupado por Jerusalém, mostra-se cercada pelo Oceano primordial e divide-se em três grandes continentes, Europa e África — separadas entre si pelo eixo vertical do mar Mediterrâneo — e Ásia, separada dos outros dois pelo eixo horizontal formado pelos rios Don e Nilo. A avaliar pelo número de traduções que das *Mandeville's Travels* se conhecem, realizadas nos dois séculos subsequentes (além das três principais versões inglesas do séc. XV, 'The Cotton Text'; 'The Egerton Text'; 'The Defective Text', registam-se traduções em latim e em várias línguas vernáculas quinhentistas), pode facilmente concluir-se que foi uma obra que conheceu larga circulação no fim da Idade Média. Espécie de breviário/guia de viagem composto a partir de várias fontes e interpolações textuais, estamos, portanto, diante de uma narrativa fantástica construída segundo uma sequência de quadros-sínteses contendo informações toponímicas, etnográficas, linguísticas que perfazem e assinalam as diferentes etapas do roteiro supostamente seguido pelo narrador (e presumível autor) Mandeville na sua peregrinação a Jerusalém. Partindo da Inglaterra, o narrador viandante demanda a cidade santa; uma vez esta alcançada é todo o misterioso e grande oriente que se lhe abre como espaço de efabulação imaginária. Nesse périplo terá atravessado e percorrido os grandes reinos asiáticos do Cataio, da Pérsia e da Índia e visitado sociedades-ilhas (umas infernais, outras adâmicas) adjacentes ao reino imperial cristão do Preste João, reino que ocuparia, de acordo com as concepções cosmográficas do narrador, uma posição simétrica relativamente à localização geográfica da Inglaterra. (MANDEVILLE'S TRAVELS 1953: 129-130). Na sua dimensão mítica-fantástica há a realçar que a descrição deste reino de esplendor e maravilha parece cumprir uma das características formais e funcionais das narrativas estritamente utópicas: a de se constituir como o contraponto ideal da realidade histórica dada, ou seja, no contexto imagético-narrativo em questão, como o simétrico e perfeito reino cristão do oriente ao hodierno e defectível reino cristão inglês do ocidente. Mas mais perfeito ainda do que aquele reino de abundância e justiça só o paraíso terreal, cuja visitação é o desiderato último do narrador Mandeville. Nele não logrará todavia entrar dada a sua inacessibilidade por mar, mas visitará cidades-ilhas situadas a sul e a oriente do império do Preste João. As que se situam para oriente, na direcção do paraíso, revelar-se-ão como lugares de harmonia física e social: são assim

a geométrica *Latoryn*, a fluvial *Cassay*, a bela *Chibense*, a opulenta *Iamcalay* (144-148). E a oriente destas localizam-se as edénico-pastorais *Bragman*, *Oxidrace* e *Gynoscriphe* (204-208). Se, no seu breve esboço descritivo, as primeiras ilhas são projectadas segundo o modelo da justa, próspera e harmoniosa ordenação social (tão caro às planificações e aos ordenamentos político-administrativos dos utopistas), as segundas, mais próximas do lugar puro da felicidade criado por Deus na Terra (Gén. 2. 8-15) e mais expostas às suas vibrações espirituais, caracterizam-se por serem lugares alheios aos esquemas geométricos de aculturação urbana. Aí, os seus habitantes são descritos como vivendo em idílica e frugal comunhão com a natureza, de modo propício à sua colectiva e voluntária elevação espiritual. Além disso: 'In this isle [*Bragman*] are no thieves, no common women, ne beggars', (143), ou seja, naquele lugar alcançara-se já o estado — ainda não completamente realizado na ilha da Utopia descrita por *Hitlodeu* — de progresso moral e social que dispensava a existência de instituições e órgãos de soberania. Por outras palavras, alcançara-se já a condição de vida idealizada pelo *leal Gonzalo* para a ilha (mediterrânica) governada por *Prospero* — em *The Tempest*, de *William Shakespeare* — ou sonhada por *William Guest* para as ilhas (do Atlântico norte) da Grã-Bretanha do século XXII — em *News from Nowhere*, de *William Morris*. A perfeição da ilha imaginada pela personagem *Gonzalo* no primeiro exemplo é definida, à semelhança da de *Bragman* 'visitada' por *Mandeville*, de modo negativo: 'no name of magistrate.../ no riches, poverty/ And use of service, none.../ No occupation.../ No sovereignty' (II. i). De modo igualmente negativo também é definida, pela personagem *Hammond* — identificado no contexto narrativo de *News from Nowhere* como um historiador do século XXII -, a forma de governo comunista que vigoraria nas ilhas britânicas idealizadas por *William Morris*: 'we have no longer anything which you would call a government ... we are very well off as to politics — because we have none' (MORRIS 1986: 247, 256). É evidente que o recurso à enunciação negativa para caracterizar tais lugares opera como uma antífrase para designar um ideal último de perfeição social e existencial, ideal este que pode ser genericamente representado pelo significado do termo afim do da utopia, o neologismo que consta do poema inserido na narrativa de *More*, eutopia, ou lugar da felicidade (MORE 1927: 167).

Verifica-se, portanto, que estas ilhas literárias de mito, sonho ou utopia — de discreta composição cronológica, genológica, pragmática, circundadas por indefinidos ou reais oceanos — são figuras de esperança e desejo, lugares de contraponto que emergem de um denominador simbólico comum, o mar. Mas também podem ser figuras de alegoria — no sentido poético-retórico do termo — isto é, ilustrações legendadas de conteúdos abstractos, representações narrativizadas de teses filosófico-ensaísticas. É o que sucede com a descrição

da ilha de Bensalem na outra clássica utopia da literatura inglesa associada à função simbólica e heurística dos descobrimentos marítimos, *New Atlantis*, da autoria do filósofo empirista inglês Francis Bacon. Obra inacabada, publicada em 1627 após a morte de Bacon pelo seu secretário W. Rawley, o tema desta narrativa incide não propriamente sobre um projecto de funcionalidade aperfeiçoada de normas e instituições políticas, sociais e económicas de uma comunidade humana ideal — o motivo predominante da narrativa utópica comum — mas sobre o papel da ciência no aprofundar do conhecimento das leis da natureza e da sua conversão em artefactos técnicos para promoção do bem-estar humano. Em Bensalem, ilha situada algures no oceano Pacífico, uma elite intelectual de sábios desenvolvia um programa contínuo de investigação experimental em diferentes ‘moradas’, verdadeiros laboratórios ou unidades equipadas para múltiplos fins especializados: nela existiam profundos subterrâneos, que serviam de câmaras frigoríficas, e altas torres para o estudo dos astros e observações meteorológicas; as energias naturais eram utilizadas para accionar poderosos engenhos; nos laboratórios procedia-se a audaciosas operações de síntese e cruzamento de espécies, práticas de vivissecção, estudos de anatomia comparada. O telescópio e o microscópio auxiliavam já os bensalemitas nas funções da observação pura da realidade, aproximando e magnificando as misteriosas e profusas formas da matéria; as leis da acústica eram do seu conhecimento e o voo dos pássaros e a imitação da vida subaquática dos peixes não lhes estava interdita. A mecânica, a hidráulica, a astronomia, as matemáticas, as ciências da natureza prosseguiram um fim e obedeciam a um método: ‘the knowledge of Causes and secret motions of things: and the enlarging of the Bounds of Human Empire, to the effecting of all things possible’ (BACON 1989: 71). Esse programa era levado à prática pela *Salomon’s House*, a instituição política e científica suprema de Bensalem, governada por uma oligarquia de trinta e seis filósofos-cientistas que tinham por missão administrar a sociedade civil e orientar as pesquisas reveladoras dos mistérios e segredos da natureza. O estatuto e as funções destes sábios oligarcas eram em tudo comparáveis às de altos dignitários eclesiásticos, investidos de um carisma sacerdotal na condução de rituais (de programas de investigação) reveladores (descobridores) da verdade divina (da verdade objectiva) inscrita na natureza (manifestada nos fenómenos da matéria); cabia-lhes, portanto, presidir às práticas de desocultação e decifração do mundo real criado por Deus, orientando o programa de observações, pesquisas, experiências e formulação de leis gerais que, sem mistificações, tornassem patente a vontade inteligente e objectivada do Ser Supremo na natureza. Tal empreendimento era levado a cabo mediante um complicado processo de investigação, dividido em várias etapas, e envolvendo uma qualificada equipa de diferentes especialistas com atribuições

específicas, auxiliados por uma legião de serventes, aprendizes e assistentes 'noviços'. As diferentes funções desempenhadas pelos membros da Salomon's House são minuciosamente descritas na parte final da narrativa (81-82). E é precisamente nesta descrição que a utopia *New Atlantis*, sem anular os seus protocolos com a dimensão da fantasia, passa a enunciar alegoricamente, e em síntese, claro está, as fases do método experimental indutivo da prática científica, que haviam sido postuladas em termos epistémico-filosóficos no programa da constituição da nova ciência teórica-empírica proposta por Bacon na obra *Instauratio Magna (The Great Instauration)*, publicada em 1620, e desenvolvida no tratado que compõe a segunda parte desse programa, *Novum Organum*.

A necessidade de 'instaurar', de provocar uma ruptura com o dogmatismo aristotélico, ou seja com uma filosofia da ciência ancilosada em falsas demonstrações silogísticas e, se não hostil, pelo menos inconsequente quanto à função heurística da experiência empírica, levaram Bacon a atribuir na *Instauratio* um maior valor de verdade ao conhecimento moderno teórico-experimental relativamente ao conhecimento escolástico e empiricamente incipiente dos tempos antigos. Para ilustrar tal superioridade, Bacon recorreu a um símile e comparou as coevas descobertas geográficas ao alargamento dos horizontes do conhecimento proporcionado pela sua concepção teórica-experimental da prática da ciência. Em Bensalem, aliás, o testemunho mais evidente do sentido dessa equivalência era dado pela estátua erguida a Cristóvão Colombo, que, juntamente com outras estátuas de heróis-inventores representativos das artes e ciências, figurava como símbolo da encarnação da verdade revelada pela ciência (82). Assim, no prefácio à *Instauratio Magna* e ao referir-se às novas, exigentes e depuradas condições intelectuais — isentas dos preconceitos e das espúrias mistificações que o filósofo designa por ídolos — Francis Bacon estabelece o seguinte símile (seguimos a versão de James Spedding, o estudioso responsável pela edição canónica em língua inglesa da obra de Bacon, publicada em sete volumes entre 1857-59): 'But as in former ages when men sailed only by observation of the stars, they could indeed coast along the shores of the old continent or cross a few small and mediterranean seas; but before the ocean could be traversed and the new world discovered, the use of the mariner's needle as more faithful and certain guide had to be found out; in like manner the discoveries which have been hitherto made in the arts and sciences are such as might be made by practice, meditation, observation, argumentation — for they lay near to the senses, and immediately beneath common notions; but before we can reach the remoter and more hidden parts of nature, it is necessary that a more perfect use and application of the human mind and intellect be introduced' (13-14). O mar mediterrânico e a geografia mítica são neste passo identificados com as condições mentais e com o estado incipiente, superficial e meramente escolástico do conhecimento

do mundo, enquanto a descoberta de novos oceanos por novas práticas de navegação serve para ilustrar a necessidade de se estabelecerem novos processos de cognição que sirvam para devolver uma imagem mais fiel e verdadeira da realidade dada. A redacção da utopia alegórica *New Atlantis* serve didacticamente esse propósito epistemológico e deve, portanto, ser lida como integrando o empreendimento teórico de Bacon na formulação da moderna filosofia da ciência. Uma nova explicação da natureza, que não derogasse a sua qualidade original divina, requeria uma nova explicação das condições do seu estudo, e nada mais pragmático do que legendar essa explicação por recurso a uma alegoria que situasse num novo oceano (o recém-descoberto Pacífico) uma evoluída comunidade insular devotada a práticas de observação, experimentação e indução de leis físicas gerais. O mar, a ilha, e a ideal ordem humana nela reinante (a estável configuração triádica das utopias clássicas) servem neste caso um propósito claramente ilustrativo, não de uma realidade mitificada (como a das *Mandeville's Travels*), não de uma realidade social sublimada (como a ilha da *Utopia* projectada por Thomas More através do seu heterónimo Hitlodeu), menos ainda de uma realidade pastoralmente sonhada (como a ilha idílica que Gonzalo eutopiza em *The Tempest*), ou de uma realidade politicamente desejada (como a futurista-comunista Grã-Bretanha de William Morris), mas de uma realidade que se quer mais puramente real e conforme à verdade que nela se objectiva.

Ou seja, nas suas múltiplas funções, de evasão sonhadora, de sátira antifrásica, ou de demonstração de uma realidade social outra, a narrativa utópica pode servir também para ilustrar a observação e o processo de conhecimento da realidade circundante tal como ela é, aquela que a pura fenomenologia científica e a pura matemática buscam devolver nas suas respectivas linguagens, empreendimento este que de algum modo foi alegorizado pelo primeiro filósofo da ciência moderna, Francis Bacon na utopia *New Atlantis*.

A conclusão impõe-se: seja qual for a fonte, a forma, o conteúdo dos textos que citámos, seja qual for a função particular que eles prosseguem, há algo comum que os envolve e os coloca em activa posição dialógica, e isso passa pela homologação que todos eles fazem da qualidade simbólica do mar na comunicação da sua mensagem utopizante; uma das suas essenciais afinidades temáticas consiste, por conseguinte, na textualização dessa primordial 'substância utópica' que é o mar (LAPOUGE 1978: 109) — e sobretudo desse mar que histórica e geograficamente foi sendo revelado sob a forma de novos oceanos. Textualização que serve, afinal, para difundir o ideal, mais ou menos mitificado, desejado, sonhado, alegorizado, de que há virtualidades humanas por cumprir e descobrir 'in terram utopizam'.

UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO

NOTAS

- ¹ As descrições formais completas das primeiras edições da *Utopia*, a de Lovaina (1516), a de Paris (1517), as de Basileia (Março e Novembro de 1518, respectivamente) e a de Florença (1519), são-nos dadas pelo Prof. Pina Martins num catálogo que preparou para esse efeito (MARTINS 1977).
- ² O *Livro de Duarte Barbosa*, cuja redacção terá sido concluída em 1516, embora só editado em 1550 na monumental colectânea de Ramúsio *Della Navigationi et Viaggi*, tem uma incontestável importância histórico-documental na pioneira divulgação, junto do público letrado da Europa quinhentista, das novas descobertas geográficas e etnográficas do oriente. Desse Livro há uma tradução em língua inglesa editado pela prestigiosa Hakluyt Society (BARBOSA 1921).
- ³ Sobre a identidade de Mandeville e a autoria da obra, cf. a introdução de Malcolm Letts à sua edição das *Mandeville's Travels* (MANDEVILLE'S TRAVELS: 1953: xvii-xxvii).

WORKS CITED

- BACON, Francis (1989): *The New Atlantis and The Great Instauration*. Illinois: Crofts Classics.
- BARBOSA, Duarte (1921): *The Book of Duarte Barbosa*. Trans. Mansel Longworth Dames. London: Hakluyt Society.
- BERENI, Marie Louise (1971): *Journey Through Utopia*. New York: Schocken Books.
- BLOCH, Ernst (1977): *Principe Espérance*. Tome II. Trad. Françoise Wuilmart. Paris: Éditions Gallimard.
- DELUMEAU, Jean (1922): *Une Histoire du Paradis*. Paris: Fayard.
- HERTZLER, Joyce Oramel (1922): *The History of Utopian Thought*. Cambridge: MIT Press.
- LAPOUGE, Gilles (1978): *Utopie et Civilisations*. Paris: Flammarion.
- MANDEVILLE'S TRAVELS (1953): Vol. I. Texts and Translations by Malcolm Letts. London: Hakluyt Society.
- MANUEL, Frank; MANUEL, Fritzie (1979): *Utopian Thought in the Western World*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- MARTINS, José V. Pina (1977): *L'Utopie: Catalogue de L'Exposition Bibliographique au Centre Culturel Portugais Paris 24/XI-9/XII 1977*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian.
- MATOS, Luis de (1966): *A Utopia de Tomás More e a Expansão Portuguesa*. Lisboa: Separata de Estudos Políticos e Sociais. Instituto Superior de Ciências de Estudos Sociais e Políticas Ultramarinas. IV, 3.
- MORE, Thomas (1927): *Utopia*. Transl. Ralph Robinson. Ed. Edward Arber. London: Constable and Co.
- MOSER, Fernando de Mello (1982): *Tomás More e os Caminhos da Perfeição Humana*. Lisboa: Vega.

- MORRIS, William (1986): *News From Nowhere and Selected Writings and Designs*. Ed. Asa Briggs. London: Penguin.
- RANDLES, W. G. L (1955): *The Sources of Sir Thomas More's Utopia*. Lisboa: Separata da Revista da Faculdade de Letras de Lisboa. Tomo XXI, nº 1, 2ª série.
- SARGENT, Lyman Tower (1988): *British and American Utopian Literature, 1516-1985: An Annotated Chronological Bibliography*. New York & London: Garland Publishing.

Op. Cit.: Uma Revista de Estudos Anglo-Americanos é publicada pela ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE ESTUDOS ANGLO-AMERICANOS. Com uma periodicidade anual, a Revista pretende ser uma referência inequívoca à produção cultural em língua inglesa, trazendo para Portugal os grandes debates da actualidade, e intervindo ao nível internacional nos vários campos de estudo das anglofonias.

Este primeiro número é dedicado ao tema 'Oceanos': aquilo que separa e une, que é capaz de nos levar numa determinada direcção e, potencialmente, em outros sentidos. Através da revista, os membros da APEAA procuram estabelecer um diálogo com vários interlocutores: não apenas com os estudiosos dos tradicionais centros anglófonos e com colegas portugueses em áreas afins, mas igualmente com especialistas que trabalham em outras partes do mundo, na África anglófona e lusófona e, em particular, nas diversas partes do continente europeu, onde os anos noventa têm revelado nas nossas disciplinas um grande espírito de comunidade em formação.

Op. Cit.: A Journal of Anglo-American Studies is published annually by the PORTUGUESE ASSOCIATION OF ANGLO-AMERICAN STUDIES. It aims to address the full range of cultural production in English, bringing the major issues of the day to Portugal and making its own contribution to the various fields of Anglophone Studies.

The theme of the first number is 'Oceans': that which both separates and unites, that is capable of taking us in one direction, or potentially in another. Through the journal, the members of the APEAA wish to engage with a wide range of interlocutors: not only scholars from the traditional Anglophone centres and Portuguese colleagues from kindred fields, but also with specialists working in other parts of the world, in Anglophone and Lusophone Africa, for example, and particularly in the various parts of Continental Europe where the nineties have revealed a burgeoning sense of community within our disciplines.

- Landeg White's new translation of *The Lusíads*
- Miguel Alarcão on ballads and rivalry at sea
- Fernando Galván on contemporary British fiction
- Rui Carvalho Homem on Northern Irish poetry
- Armando Lopes on English in Mozambique
- Teresa Botelho on American Jews during the Civil War
- José Reis sobre a invenção da Utopia na Literatura Inglesa
- Inês Basto sobre Hart Crane, James Joyce e Fernando Pessoa
- 'Whoroscope' de Samuel Beckett, traduzido por Manuel Portela
- resenhas sobre a tradução de poesia anglo-americana para português, sobre anglicismos na língua portuguesa e sobre os estudos shakespearianos